

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2025

Data de Abertura: 27/02/2025 às 10:00
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: BNC – Bolsa Nacional de Compras através de:
<https://bnc.org.br>. Fone /WhatsApp: (42) 3026 4550 - Ponta Grossa - PR. E-mail: contato@bnc.org.br

Objeto:

Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Kit Escolar para serem entregues aos estudantes da rede municipal de ensino com vistas para o ano letivo de 2025 do Município de Glória do Goitá, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Valor Total Estimado

R\$ 582.632,57 (Quinhentos e oitenta e dois mil seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)

Registro de Preços?	Vistoria	Modo de Disputa	Critério de Julgamento
SIM	NÃO	Aberto	Menor Preço Global do Lote

Documentos de habilitação

* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório.

Lic. Exclusiva ME/EPP?	COTA EXCLUSIVA ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?
NÃO	SIM	SIM	NÃO

Prazo para envio da proposta/documentação

Até 2 horas após a convocação realizada pela pregoeira

Pedidos de Esclarecimentos

Até 24/02/2025 para o ENDEREÇO ELETRÔNICO:
www.bnc.org.br.

Impugnações

Até 24/02/2025 ENDEREÇO ELETRÔNICO:
www.bnc.org.br.

Observações Gerais

A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO e os lances deverão respeitar o **INTERVALO MÍNIMO de R\$ 1,00 (um real)**, nos termos e condições estabelecidas neste edital.

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com sede à Av. Djalma Dutra, 333 – Centro – Glória do Goitá/PE - CEP 55.620-000, inscrita no CNPJ sob o nº 36.375.808/0001-00, por meio do(a) Divisão de Contratações, sediado(a) Rua Coronel José Duarte, nº 31, Centro, deste município, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de menor **PREÇO POR LOTE** no modo de disputa **ABERTO** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 011/2024 de 26 de abril de 2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 12/02/2025, às 10:00 horas	
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/02/2025, às 10:00 horas	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/02/2025, às 10:00 horas.	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 27/02/2025 às 11:00 horas	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC	
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bnc.org.br	
Dados para contato	
Pregoeira: Paula Roberta de Souza Barboza	e-mail: licitacaogloriadogoitape@gmail.com
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o <u>horário de Brasília – DF.</u> <i>OBSERVAÇÃO: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.</i>	

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Kit Escolar para serem entregues aos estudantes da rede municipal de ensino com vistas para o ano letivo de 2025 do Município de Glória do Goitá/PE, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em lotes composto por lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os lotes que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e, subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação solicitados no Edital, e através do Banco Nacional de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário e limite estabelecidos.
- 3.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao sistema da “Bolsa Nacional de Compras” (<http://bnc.org.br/>), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 3.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Glória do Goitá/PE, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.9. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.9.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.9.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

- 3.9.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.9.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.9.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.10. O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.1 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.13. O disposto nos itens 3.9.1 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.15. A vedação de que trata o item 3.1.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.5.1 Quando da participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.11.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. Os proponentes deverão apresentar proposta de preços contendo:
 - 5.1.1. Objeto, em descrição sucinta e clara;
 - 5.1.2. Planilha de Quantitativos, Especificações e Preços;
 - 5.1.3. Preços unitários e totais em moeda corrente nacional, em algarismo com duas casas decimais após a vírgula;
 - 5.1.4. Marcas dos produtos ofertados;
 - 5.1.5. Garantia, quando for o caso;
 - 5.1.6. Condições de pagamento;
 - 5.1.7. Declaração de que no preço ofertado, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto licitado, até a sua entrega definitiva;
 - 5.1.8. Prazo de validade da proposta, mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da apresentação da proposta;

- 5.1.9. Assinatura do proponente.
- 5.2. Em caso de divergência entre as descrições dos itens no sítio do Compras Governamentais (CATMAT) e as descrições completas constantes neste Termo de Referência e seus apêndices, prevalecerão as últimas.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município de Glória do Goitá e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL DO LOTE**.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.16.1. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.16.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.17.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.17.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.17.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.17.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.17.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.17.2.2. Empresas brasileiras;
- 6.17.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.17.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 6.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.18.4. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados.
- 6.18.5. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.19. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o Termo de Referência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. Contiver vícios insanáveis;
- 7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para todos os itens que compõe o lote para a contratação;
- 7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

- 7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada nos documentos por meio dos documentos exigidos neste Edital.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento do requisito mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto neste Edital para envio da documentação de habilitação.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **30 (trinta) minutos**.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser obtidas pelo e-mail: cpl@slm.pe.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

- 12.1.5. Fraudar a licitação
- 12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto.
 - 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 12.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no respectivo instrumento.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacaogloriadogoitape@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Setor de Licitações e Contratos situado na Praça Cristo Redentor, 08 – Centro – Glória do Goitá/PE.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico www.gov.br/compras, Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC: <https://bnc.org.br>, Portal da Transparência do Município e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Setor de Licitações e Contratos, situado na Praça Cristo Redentor, 08 – Centro – Glória de Goitá/PE ou pelo e-mail: licitacaogloriadogoitape@gmail.com, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 13:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.11.2. ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato;
- 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 14.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declarações.

Glória do Goitá, 10 de janeiro de 2025.



Prefeitura Municipal de Glória do Goitá
Palácio Djalma Souto Maior Paes

ALEXANDRE DE ARRUDA RICARDO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
MATRÍCULA Nº 73894

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Kit Escolar para serem entregues aos estudantes da rede municipal de ensino com vistas para o ano letivo de 2025, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

LOTE 01 - EDUCAÇÃO INFANTIL						
COTA RESERVADA 25% (DIRECIONADO A ME/EPP)						
Item	Quant. por kit	Nome	Unidade	Quant.	Valor unit.	Valor total
1	2	228904 - Apontador com depósito	Unidades	394	R\$ 2,98	R\$ 1.174,12
2	4	430291 - Borracha escolar	Unidades	788	R\$ 3,59	R\$ 2.828,92
3	2	Caderno de desenho 96 folhas	Unidades	394	R\$ 16,16	R\$ 6.367,04
4	2	Caderno brochurão 80 folhas	Unidades	394	R\$ 12,95	R\$ 5.102,30
5	1	471410 - Canetinha hidrográfica - Caixa com 12 Unid	Caixas	197	R\$ 6,72	R\$ 1.323,84
6	3	Cola branca - Tubo de 90g	Tubos	591	R\$ 4,95	R\$ 2.925,45
7	2	Cola colorida - Caixa com 6 Unid	Caixas	394	R\$ 8,18	R\$ 3.222,92
8	2	201240 - Giz de cera - Caixa com 12 Unid	Caixas	394	R\$ 7,77	R\$ 3.061,38
9	1	622132 - Lápis de cor - Caixa com 12 Unid	Caixas	197	R\$ 7,36	R\$ 1.449,92
10	1	432301 - Lápis de cor tipo jumbo - Caixa com 12 Unid	Caixas	197	R\$ 9,83	R\$ 1.936,51
11	6	392212 - Lápis grafite	Unidades	1182	R\$ 1,25	R\$ 1.477,50
12	3	225176 - Massa para modelar - Caixa com 6 Unid - 90g	Caixas	591	R\$ 8,19	R\$ 4.840,29
13	1	Pasta plástica transparente com elástico	Unidades	197	R\$ 5,17	R\$ 1.018,49
14	2	400338 - Pincel nº 8	Unidades	394	R\$ 4,68	R\$ 1.843,92
15	1	430301 - Tesoura sem ponta	Unidades	197	R\$ 5,47	R\$ 1.077,59
16	2	375733 - Tinta guache - Caixa com 6 Unid	Caixas	394	R\$ 5,87	R\$ 2.312,78
VALOR TOTAL DA COTA RESERVADA - LOTE 01						R\$ 41.962,97

LOTE 02 - EDUCAÇÃO INFANTIL						
COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA PARTICIPAÇÃO)						
Item	Quant. por kit	Nome	Unidade	Quant.	Valor unit.	Valor total
1	2	228904 - Apontador com depósito	Unidades	1182	R\$ 2,98	R\$ 3.522,36
2	4	430291 - Borracha escolar	Unidades	2364	R\$ 3,59	R\$ 8.486,76
3	2	Caderno de desenho 96 folhas	Unidades	1182	R\$ 16,16	R\$ 19.101,12
4	2	Caderno brochurão 80 folhas	Unidades	1182	R\$ 12,95	R\$ 15.306,90
5	1	471410 - Canetinha hidrográfica - Caixa com 12 Unid	Caixas	591	R\$ 6,72	R\$ 3.971,52

6	3	Cola branca - Tubo de 90g	Tubos	1773	R\$ 4,95	R\$ 8.776,35
7	2	Cola colorida - Caixa com 6 Unid	Caixas	1182	R\$ 8,18	R\$ 9.668,76
8	2	201240 - Giz de cera - Caixa com 12 Unid	Caixas	1182	R\$ 7,77	R\$ 9.184,14
9	1	622132 - Lápis de cor - Caixa com 12 Unid	Caixas	591	R\$ 7,36	R\$ 4.349,76
10	1	432301 - Lápis de cor tipo jumbo - Caixa com 12 Unid	Caixas	591	R\$ 9,83	R\$ 5.809,53
11	6	392212 - Lápis grafite	Unidades	3546	R\$ 1,25	R\$ 4.432,50
12	3	225176 - Massa para modelar - Caixa com 6 Unid - 90g	Caixas	1773	R\$ 8,19	R\$ 14.520,87
13	1	Pasta plástica transparente com elástico	Unidades	591	R\$ 5,17	R\$ 3.055,47
14	2	400338 - Pincel nº 8	Unidades	1182	R\$ 4,68	R\$ 5.531,76
15	1	430301 - Tesoura sem ponta	Unidades	591	R\$ 5,47	R\$ 3.232,77
16	2	375733 - Tinta guache - Caixa com 6 Unid	Caixas	1182	R\$ 5,87	R\$ 6.938,34
VALOR TOTAL DA COTA PRINCIPAL - LOTE 02						R\$ 125.888,91

LOTE 03 - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS COTA RESERVADA 25% (DIRECIONADO A ME/EPP)						
Item	Quant. por kit	Nome	Unidade	Quant.	Valor unit.	Valor total
1	2	228904 - Apontador com depósito	Unidades	807	R\$ 2,98	R\$ 2.404,86
2	2	430291 - Borracha escolar	Unidades	807	R\$ 3,59	R\$ 2.897,13
3	4	Caderno brochurão 80 folhas	Unidades	1614	R\$ 12,95	R\$ 20.901,30
4	1	Caderno de desenho 96 folhas	Unidades	403	R\$ 16,16	R\$ 6.512,48
5	1	381890 - CALCULADORA DE BOLSO 8 DÍGITOS	Unidades	403	R\$ 12,09	R\$ 4.872,27
6	1	464772 - Canetinha hidrográfica - Caixa com 12 Unid	Caixas	403	R\$ 6,72	R\$ 2.708,16
7	1	622132 - Cola branca - Tubo de 90g	Tubos	403	R\$ 4,95	R\$ 1.994,85
8	3	Cola colorida - Caixa com 6 Unid	Caixas	1210	R\$ 8,18	R\$ 9.897,80
9	1	622132 - Lápis de cor - Caixa com 12 Unid	Caixas	403	R\$ 7,36	R\$ 2.966,08
10	4	392212 - Lápis grafite	Unidades	1614	R\$ 1,25	R\$ 2.017,50
11	1	430301 - Tesoura sem ponta	Unidades	403	R\$ 5,47	R\$ 2.204,41
VALOR TOTAL DA COTA RESERVADA - LOTE 03						R\$ 59.376,84

LOTE 04 - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA PARTICIPAÇÃO)						
Item	Quant. por kit	Nome	Unidade	Quant.	Valor unit.	Valor total
1	2	228904 - Apontador com depósito	Unidades	2421	R\$ 2,98	R\$ 7.214,58
2	2	430291 - Borracha escolar	Unidades	2421	R\$ 3,59	R\$ 8.691,39
3	4	Caderno brochurão 80 folhas	Unidades	4842	R\$ 12,95	R\$ 62.703,90

4	1	Caderno de desenho 96 folhas	Unidades	1211	R\$ 16,16	R\$ 19.569,76
5	1	381890 - CALCULADORA DE BOLSO 8 DÍGITOS	Unidades	1211	R\$ 12,09	R\$ 14.640,99
6	1	464772 - Canetinha hidrográfica - Caixa com 12 Unid	Caixas	1211	R\$ 6,72	R\$ 8.137,92
7	1	622132 - Cola branca - Tubo de 90g	Tubos	1211	R\$ 4,95	R\$ 5.994,45
8	3	Cola colorida - Caixa com 6 Unid	Caixas	3632	R\$ 8,18	R\$ 29.709,76
9	1	622132 - Lápis de cor - Caixa com 12 Unid	Caixas	1211	R\$ 7,36	R\$ 8.912,96
10	4	392212 - Lápis grafite	Unidades	4842	R\$ 1,25	R\$ 6.052,50
11	1	430301 - Tesoura sem ponta	Unidades	1211	R\$ 5,47	R\$ 6.624,17
VALOR TOTAL DA COTA PRINCIPAL - LOTE 04						R\$ 178.252,38

LOTE 05 - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS COTA RESERVADA 25% (DIRECIONADO A ME/EPP)						
Item	Quant. por kit	Nome	Unidade	Quant.	Valor unit.	Valor total
1	2	228904 - Apontador com depósito	Unidades	769	R\$ 2,98	R\$ 2.291,62
2	2	430291 - Borracha escolar	Unidades	769	R\$ 3,59	R\$ 2.760,71
3	2	CADERNO UNIVERSITÁRIO 200 FOLHAS	Unidades	769	R\$ 20,97	R\$ 16.125,93
4	1	430291 - CALCULADORA DE BOLSO 8 DÍGITOS	Unidades	384	R\$ 12,09	R\$ 4.642,56
5	4	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL	Unidades	1.539	R\$ 1,85	R\$ 2.847,15
6	1	622132 - Cola branca - Tubo de 90g	Tubos	384	R\$ 4,95	R\$ 1.900,80
7	1	406740 - ESQUADRO 45º	Unidades	384	R\$ 4,13	R\$ 1.585,92
8	1	466451 - ESQUADRO 60º	Unidades	384	R\$ 4,62	R\$ 1.774,08
9	1	406740 - Lápis de cor - Caixa com 12 Unid	Caixas	384	R\$ 7,36	R\$ 2.826,24
10	4	392212 - Lápis grafite	Unidades	1539	R\$ 1,25	R\$ 1.923,75
VALOR TOTAL DA COTA RESERVADA - LOTE 05						R\$ 38.678,76

LOTE 06 - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA PARTICIPAÇÃO)						
Item	Quant. por kit	Nome	Unidade	Quant.	Valor unit.	Valor total
1	2	228904 - Apontador com depósito	Unidades	2309	R\$ 2,98	R\$ 6.880,82
2	2	430291 - Borracha escolar	Unidades	2309	R\$ 3,59	R\$ 8.289,31
3	2	CADERNO UNIVERSITÁRIO 200 FOLHAS	Unidades	2309	R\$ 20,97	R\$ 48.419,73
4	1	430291 - CALCULADORA DE BOLSO 8 DÍGITOS	Unidades	1155	R\$ 12,09	R\$ 13.963,95
5	4	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL	Unidades	4617	R\$ 1,85	R\$ 8.541,45
6	1	622132 - Cola branca - Tubo de 90g	Tubos	1155	R\$ 4,95	R\$ 5.717,25
7	1	406740 - ESQUADRO 45º	Unidades	1155	R\$ 4,13	R\$ 4.770,15

8	1	466451 - ESQUADRO 60º	Unidades	1155	R\$ 4,62	R\$ 5.336,10
9	1	406740 - Lápis de cor - Caixa com 12 Unid	Caixas	1155	R\$ 7,36	R\$ 8.500,80
10	4	392212 - Lápis grafite	Unidades	4617	R\$ 1,25	R\$ 5.771,25
VALOR TOTAL DA COTA PRINCIPAL - LOTE 06						R\$ 116.190,81

EJA LOTE 07 - EXCLUSIVO ME/EPP						
Item	Quant. por kit	Nome	Unidade	Quant.	Valor unit.	Valor total
1	2	CADERNO UNIVERSITÁRIO 200 FOLHAS	Unidades	514	R\$ 20,97	R\$ 10.778,58
2	1	381890 - CALCULADORA DE BOLSO 8 DÍGITOS	Unidades	257	R\$ 12,09	R\$ 3.107,13
3	4	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL	Unidades	1.028	R\$ 1,85	R\$ 1.901,80
4	1	394469 - RÉGUA TRANSPARENTE 30CM	Unidades	257	R\$ 2,27	R\$ 583,39
5	2	228904 - Apontador com depósito	Unidades	514	R\$ 2,98	R\$ 1.531,72
6	2	430291 - Borracha escolar	Unidades	514	R\$ 3,59	R\$ 1.845,26
7	1	406740 - Lápis de cor - Caixa com 12 Unid	Caixas	257	R\$ 7,36	R\$ 1.891,52
8	2	392212 - Lápis grafite	Unidades	514	R\$ 1,25	R\$ 642,50
VALOR TOTAL DO LOTE EXCLUSIVO ME/EPP - LOTE 07						R\$ 22.281,90
VALOR TOTAL DO CERTAME					R\$	582.632,57

1.2. Valor Total do Certame: **R\$ 582.632,57 (Quinhentos e oitenta e dois mil seiscientos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).**

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados dos a partir de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogada nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

1.5. Tendo em vista a natureza contínua da demanda para fornecimento de kit escolar e ainda considerando o estabelecido no Art. 106 da Lei 14.133/21, o(s) contrato(s) poderá (ão) ser prorrogado(s) desde que comprovada a vantajosidade.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Em razão do valor estimado para a contratação, será estabelecida licitação exclusiva apenas para participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos lotes 1, 3, 5 e 7 conforme disposto no inciso III do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 e suas alterações.

Proposta de preços:

1.8. Os proponentes deverão apresentar proposta de preços contendo:

1.9. Objeto, em descrição sucinta e clara;

1.10. Planilha de Quantitativos, Especificações e Preços;

1.11. Preços unitários e totais em moeda corrente nacional, em algarismo com duas casas decimais após a vírgula e marca do item ofertado;

1.12. Garantia, quando for o caso;

1.13. As empresas deverão atentar para os preços unitários após a fase de lances. Nenhum item poderá ter o valor unitário maior que o valor estimado pela administração pública após a fase de lances. Para composição do lote após a fase de lances, a empresa DEVERÁ fazer sua composição de preços em todos os itens dentro do lote, para que assim, os mesmos fiquem balizados.

1.14. As empresas melhor classificadas após a etapa de lances DEVERÃO apresentar os seguintes documentos acostado a proposta reajustada: Apresentar folder ou catálogos, em português, para subsidiar a análise das marcas e das especificações apresentadas na proposta. No caso do catálogo ou manual ser impresso pela internet, a empresa precisará informar o endereço eletrônico para que sejam verificadas as informações.

1.15. Apresentar ainda Laudos Técnicos de cada item do lote conforme especificação no item 5 do Termo de Referência.

1.16. OBS: CASO NÃO SEJA APRESENTADO A DOCUMENTAÇÃO ACIMA DO SUBITEM 1.8 ALÍNEAS F e G JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS, A EMPRESA ESTARÁ DESCLASSIFICADA.

Condições de pagamento:

1.17. Declaração de que no preço ofertado, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto licitado, até a sua entrega definitiva.

1.18. Prazo de validade da proposta, mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da apresentação da proposta.

1.19. Assinatura do proponente.

1.20. Em caso de divergência entre as descrições dos itens no sítio do Compras Governamentais (CATMAT) e as descrições completas constantes neste Termo de Referência e seus apêndices, prevalecerão as últimas.

2. MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS

2.1. O fornecimento adequado desses kits é fundamental para o bom funcionamento das instituições, permitindo que os alunos desenvolvam suas funções com eficiência e qualidade.

2.2. Os kits escolares incluem itens e suprimentos que são indispensáveis para a realização das atividades diárias.

LOTE 1 EDUCAÇÃO INFANTIL				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT POR KIT	QUANT DE KITS
1	Apontador com depósito	Und	2	1576
2	Borracha escolar	Und	4	3152
3	Caderno brochurão 80 folhas	Und	2	1576
4	Caderno brochurão 80 folhas	Und	2	1576
5	Canetinha hidrográfica - Caixa com 12 Unid	Cx	1	788
6	Cola branca - Tubo de 90g	Tb	3	2364
7	Cola colorida - Caixa com 6 Unid	Cx	2	1576
8	Giz de cera - Caixa com 12 Unid	Cx	2	1576
9	Lápis de cor - Caixa com 12 Unid	Cx	1	788
10	Lápis de cor tipo jumbo - Caixa com 12 Unid	Cx	1	788
11	Lápis grafite	Und	6	4728
12	Massa para modelar - Caixa com 6 Unid - 90g	Cx	3	2364
13	Pasta plástica transparente com elástico	Und	1	788
14	Pincel nº 8	Und	2	1576
15	Tesoura sem ponta	Und	1	788
16	Tinta guache - Caixa com 6 Unid	Cx	2	1576

LOTE 2 ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT POR KIT	QUANT DE KITS
1	Apontador com depósito	Und	2	3228
2	Borracha escolar	Und	2	3228
3	Caderno brochurão 80 folhas	Und	4	6456
4	Caderno de desenho 96 folhas	Und	1	1614
5	Calculadora de bolso 8 dígitos	Und	1	1614

6	Canetinha hidrográfica - Caixa com 12 Unid	Cx	1	1614
7	Cola branca - Tubo de 90g	Tb	1	1614
8	Cola colorida - Caixa com 6 Unid	Cx	3	4842
9	Lápis de cor - Caixa com 12 Unid	Cx	1	1614
10	Lápis grafite	Und	4	6456
11	Tesoura sem ponta	Und	1	1614

LOTE 3 ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT POR KIT	QUANT DE KITS
1	Apontador com depósito	Und	2	3078
2	Borracha escolar	Und	2	3078
3	Caderno universitário 200 folhas.	Und	2	3078
4	Calculadora de bolso 8 dígitos	Und	1	1539
5	Caneta esferográfica	Und	4	6156
6	Cola branca - Tubo de 90g	Tb	1	1539
7	Esquadro 45°	Und	1	1539
8	Esquadro 60°	Und	1	1539
9	Lápis de cor - Caixa com 12 Unid	Cx	1	1539
10	Lápis grafite	Und	4	6156

LOTE 4 EJA				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT POR KIT	QUANT DE KITS
1	Caderno universitário 200 folhas.	Und	2	514
2	Calculadora de bolso 8 dígitos	Und	1	257
3	Caneta esferográfica	Und	4	1028
4	Régua transparente 30 cm	Und	1	257
5	Apontador com depósito	Und	2	514
6	Borracha escolar	Und	2	514
7	Lápis de cor - Caixa com 12 Unid	Cx	1	257
8	Lápis grafite	Und	2	514

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A descrição da necessidade da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Para aquisição dos kits escolares é indispensável que a contratada esteja habilitada e atenda aos requisitos solicitados pela secretaria de educação. É fundamental a especificação dos produtos que devem atender às especificações técnicas e de qualidade estabelecidas sendo adequado para garantir sua eficácia durante todo o período de utilização.

5.2. O fornecedor deve garantir que os produtos sejam armazenados de acordo com as recomendações do fabricante, garantindo sua integridade e eficácia.

5.3. É importante que os produtos sejam entregues dentro dos prazos estabelecidos, com embalagens adequadas para garantir sua integridade durante o transporte.

5.4. Que eles sejam fornecidos mediante emissão de Nota de Empenho e recebidos sob supervisão de servidores da instituição, indicados para o recebimento, conforme solicitação.

- 5.5. E no momento da entrega dos kits os mesmos deverão estar em conformidade com as especificações mínimas aqui delineadas, bem como atender às disposições legais e regulamentares dos órgãos fiscalizadores.
- 5.6. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, mantendo durante toda a vigência, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.7. Todas as despesas de envio, transporte, carga, descarga, serão por conta do fornecedor.
- 5.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses.
- 5.11. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço de fornecimento dos materiais.
- 5.12. O licitante deverá garantir os requisitos de qualidade, funcionamento e rendimento dos itens entregues conforme edital durante toda a vigência do contrato.
- DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:**
- 5.13. As empresas classificadas em 1º lugar na etapa de lances DEVERÃO apresentar comprovação da capacidade técnica através dos atestados e laudos técnicos:
- 5.11.1 **Dos Atestados:** Solicitar atestado de capacidade técnica em processos de licitação ou contratação é uma forma de garantir que a empresa ou profissional possui experiência e habilidade para executar o serviço ou fornecer o produto contratado com qualidade e eficiência. Essa exigência visa minimizar riscos para o contratante, evitando a contratação de empresas que não possuem a capacidade adequada para realizar o projeto. O atestado de capacidade técnica demonstra que a empresa já realizou, com sucesso, projetos similares em escala comparável. Ao exigir atestados, busca-se uma comprovação de que a empresa já desempenhou algo de porte considerável. Ao contratar empresas sem capacidade técnica comprovada, há o risco de falhas na execução, atrasos ou custos adicionais. A exigência de atestados de capacidade técnica assegura que o contratado já tem experiência suficiente para lidar com parte relevante do projeto. Isso faz com que se mantenha um equilíbrio entre garantir a qualificação dos fornecedores e permitir que mais empresas possam participar do processo, fomentando a competitividade sem abrir mão de critérios de qualidade. Dessa forma, o atestado de capacidade técnica em proporção ao valor ou escopo do contrato visa proteger o contratante sem inviabilizar a concorrência justa.^[1]
- 5.11.2 **Dos Laudos/Certificações:** Levando em consideração que os produtos a serem adquiridos serão utilizados por alunos da rede Municipal de Educação, se faz necessário exigências quanto a qualidade e segurança dos produtos, sendo assim, nas especificações técnicas dos produtos estão presentes em detalhes toda documentação exigida. Cabe ainda registrar que para elaboração deste Estudo Técnico, foram realizadas diversas pesquisas em editais publicados e se buscou utilizar especificações usuais do mercado a nível Nacional. De acordo com o art. 42 da Lei no 14.133/2021:
- 5.14. "Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:
- 5.15. I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro; II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto; III - **certificação, certificado, laudo laboratorial** ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.
- 5.16. Solicitar Laudo é uma medida essencial para garantir a qualidade, a segurança e a adequação dos produtos que serão utilizados pelos alunos da rede municipal. Essas exigências são importantes tanto para a instituição compradora quanto para os usuários finais. Laudos técnicos comprovam que os kits atendem a padrões de qualidade definidos, assegurando que os produtos adquiridos sejam duráveis, eficazes e apropriados para o uso. Isso evita a compra de itens de baixa qualidade que possam se deteriorar rapidamente ou prejudicar o desempenho escolar, assim como da Administração pública.

5.17. Materiais escolares como lápis, tintas, colas e papéis podem conter substâncias químicas ou componentes que, se não forem devidamente testados, podem representar riscos à saúde dos usuários. Laudos técnicos certificam que esses produtos são seguros para uso, especialmente por crianças, assegurando que não contenham substâncias tóxicas ou perigosas. Com laudos técnicos, a instituição compradora pode verificar a durabilidade dos materiais, garantindo que eles possam ser usados por longos períodos sem perder suas propriedades. Isso é especialmente relevante para materiais que precisam durar o ano letivo inteiro, como cadernos, canetas entre outros. E ainda os itens que quando adquiridos com qualidade, tem uma vida útil muito superior a produtos de baixa qualidade.

5.18. Cabe ressaltar que ao solicitar laudos técnicos ajuda a evitar a compra de produtos falsificados ou que não atendem aos padrões exigidos. Muitas vezes, materiais de marcas desconhecidas podem não atender às especificações mínimas necessárias. Os laudos garantem que o fornecedor está entregando o que foi licitado, protegendo a instituição contra fraudes.

5.19. Ao exigir esses laudos técnicos, a instituição demonstra uma preocupação com a segurança e bem-estar dos alunos, que são os principais usuários dos materiais. Essa exigência reflete um compromisso com a qualidade sem contar que ajuda a instituição a se resguardar juridicamente, uma vez que demonstra que foram tomados cuidados na seleção dos materiais, conforme as exigências legais e regulatórias. Caso algum problema ocorra com os materiais fornecidos, a instituição terá a documentação necessária para comprovar que seguiu os procedimentos adequados.

Das Especificações Técnicas dos Itens de cada Lote:

EDUCAÇÃO INFANTIL	
ITEM	MATERIAL/DESCRIÇÃO
1	<p>APONTADOR COM DEPÓSITO <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* COMPOSIÇÃO * MATÉRIA-PRIMA: - Plástico Transparente</p> <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS: - Altura: 40 mm; - Comprimento: 22 mm; - Largura: 15 mm.</p> <p>* CARACTERÍSTICAS: - Furo cônico (aproximadamente 8 mm). O diâmetro deverá ser compatível com o diâmetro do Lápis Grafite e Lápis de Cor que formam o kit. - Depósito em plástico transparente; - Lâmina de aço inoxidável temperado; - Fixação da lâmina por parafuso metálico; - Compatível com o lápis grafite e o lápis de cor que formam o kit.</p> <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <p>- ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível; - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010;</p> <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
2	<p>BORRACHA ESCOLAR <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>*COMPOSIÇÃO:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Sem adição de corantes; - Livre de Ftalatos. * DIMENSÕES MÍNIMAS: <ul style="list-style-type: none"> - Espessura: 05 mm; - Comprimento: 30 mm; - Largura: 20 mm. * CARACTERÍSTICAS: <ul style="list-style-type: none"> - Macia; - Flexível; - Capaz de Remover o Grafite sem borrar ou manchar o papel. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível; - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010; <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
3	<p>CADERNO DE DESENHO ESPIRALADO 96 FOLHAS</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * DIMENSÕES MÍNIMAS <ul style="list-style-type: none"> - Altura: 200 mm; - Largura: 275 mm. * MIOLO <ul style="list-style-type: none"> - Papel offset branco; - 96 folhas isentas de impressão; - Gramatura mínima: 63g/m². * ESPIRAL <ul style="list-style-type: none"> - Matéria-prima: arame galvanizado; - Espessura mínima: 0,80 mm; - Trava “Coil Locker”. * CAPA E CONTRACAPA <ul style="list-style-type: none"> - Modelo com arte disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Glória do Goitá; - Flexível; - Impressão: 4x0 cores; - Matéria-prima: papel cartão duplex; - Gramatura mínima 230 g/m²; - Na quarta face da capa deverão constar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> - Caderno de desenho 96 folhas; - Formato 200 mm x 275 mm; - NBR 15732:2012; - Nome do fabricante; * ACABAMENTO <ul style="list-style-type: none"> - Plastificação, Verniz de Máquina ou Verniz UV. * CERTIFICAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> - FSC ou CERFLOR. <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO

	<ul style="list-style-type: none"> - A capa e contracapa do caderno de desenho deverão ser plastificadas ou envernizadas em máquina. - O acabamento dado nas extremidades das espirais metálicas deverão formar travas (conhecido como sistema "coil lock") que impossibilitem a formação de pontas agudas. - O modelo de capa será definido pela Secretaria Municipal de Educação de Glória do Goitá; <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Norma NBR 15732:2012- Tecnologia gráfica - que estabelece os requisitos para os cadernos de cartografia e de desenho, espiralados ou colados ou grampeados ou argolados, quanto ao formato. Esta norma também aponta as características dos materiais usados no miolo, nas capas e contracapas, número de folhas, impressão, acabamento e requisitos de segurança. <p>Observação: A norma descrita acima pode ser atualizada pela instituição responsável. Nesse caso, deverá ser considerada a versão vigente no momento das análises.</p>
4	<p>CADERNO BROCHURÃO (ESCOLAR GRAMPEADO) 80 FOLHAS</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 275 mm de altura x 200 mm de largura; <p>* MIOLO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 80 folhas; - Papel offset branco; - Gramatura mínima: 56g/m²; - Pauta frente e verso da folha; - Mínimo de 31 pautas por página; - Espaço de cabeçalho e rodapé; - Pauta contínua; - Margem: frente e verso da folha; - O caderno deverá possuir dois grampos equidistantes. <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - A capa e contracapa do caderno de desenho deverão ser plastificadas ou envernizadas em máquina. - O modelo de capa será definido pela Secretaria Municipal de Educação Glória de Goitá. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Norma NBR 15732:2012- Tecnologia gráfica - que estabelece os requisitos para os cadernos de cartografia e de desenho, espiralados ou colados ou grampeados ou argolados, quanto ao formato. Esta norma também aponta as características dos materiais usados no miolo, nas capas e contracapas, número de folhas, impressão, acabamento e requisitos de segurança. - Norma NBR 15733:2012- Esta Norma estabelece os requisitos quanto ao formato de cadernos escolares espiralados ou costurados ou colados ou argolados ou grampeados, as características dos materiais usados no miolo, nas capas e nas contracapas, bem como as características do material utilizado nos índices e divisórias, se existirem, número de folhas, impressão, acabamento e requisitos de segurança. <p>Observação: A norma descrita acima pode ser atualizada pela instituição responsável. Nesse caso, deverá ser considerada a versão vigente no momento das análises.</p> <p>CERTIFICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - FSC ou CERFLOR.
5	<p>CANETINHA HIDROGRÁFICA (CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES EM CORES DIFERENTES)</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria-prima: polímero plástico na cor da escrita (variadas 12 cores); <p>* PONTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Porosa. - Média (aproximadamente 2 mm). <p>* BARRA INTERNA DA CANETINHA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constituição uniforme; - Boa pigmentação;

	<ul style="list-style-type: none"> - Macia; - Alto poder de cobertura; - Atóxica; - Tinta Lavável; - Isenta de Impurezas. * TAMPA INFERIOR - Fixada de forma que não seja facilmente retirada pelo usuário. * CORES - 12 cores diferentes; - Cores obrigatórias: preto, amarelo, vermelho, marrom, dois tons de azul e dois tons de verde. * EMBALAGEM (CAIXA) - Matéria prima: Papel cartão duplex; - Gramatura mínima: 250 g/m²; - Impressão offset 4x0; - Janela para visualização das cores; - Informações na embalagem: * “Contém 12 unidades”; * “Produto atóxico”; * Prazo de validade; * Composição; * Nome do Fabricante * Selo do INMETRO; <u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u> * DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO - Cada canetinha deverá trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo. - O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a contar da data da entrega. <u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u> - Norma - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 Versão corrigida 2:2006 - Requisitos gerais para competência de laboratórios de ensaio e calibração. - NBR 16108:2012 – Caneta esferográfica, gel e roller – comprimento de escrita- método de ensaio. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.
6	<p>COLA BRANCA 90G</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * PESO - 90G * CARACTERÍSTICAS - Líquida; - Plastificante; - Alto poder de colagem; - Atóxico; - Inócuo; - Tampa antivazamento.

	<p>* COMPOSIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Base em acetato de polivinila (PVA) disperso em solução aquosa; - Viscosidade de 4.000 a 6.000 cp (centipoise); - Teor de sólidos a partir de 20%. <p>* EMBALAGEM DO PRODUTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formato do frasco e dos rótulos de acordo com os padrões do fabricante; - Todos os frascos de cola fornecidos nos kits de material escolar deverão ser acondicionados individualmente em sacos plásticos transparentes e lacrados, de modo a conter eventual vazamento do produto. - Rótulo em offset sobre adesivo vinílico, com, no mínimo, as seguintes informações: <p>* Peso líquido 90 g;</p> <p>* “Produto atóxico”;</p> <p>* Prazo de validade;</p> <p>* Composição;</p> <p>* Nome do Fabricante</p> <p>* Selo do INMETRO;</p> <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - O produto deverá ser plastificante, com alto poder de colagem, isento de cargas minerais e substâncias nocivas à saúde, atóxico e inócuo, que após secagem apresente um filme transparente; - Deverá ser embalado em recipiente plástico com bico aplicador; - O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a contar da data da entrega. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
7	<p>COLA COLORIDA 6 CORES</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* ESPECIFICAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possuir bico aplicador; - Material atóxico; - Cores com brilho; - Pintar sobre todos os tipos de papéis. <p>* EMBALAGEM DO PRODUTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caixa com 6 tubos com cores diferentes - Cores obrigatórias: amarelo, azul, vermelho e verde. - Peso mínimo de 23g, cada unidade; - As embalagens deverão conter as seguintes informações: <p>* “Contém 6 unidades”;</p> <p>* “Produto atóxico”;</p> <p>* Peso líquido;</p> <p>* Prazo de validade;</p> <p>* Composição;</p> <p>* Nome do Fabricante</p>

	<p>* Selo do INMETRO; <u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u> * DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO - O produto deverá ser plastificante, com alto poder de colagem, isento de cargas minerais e substâncias nocivas à saúde, atóxico e inócuo. - O produto deverá ser embalado em recipiente plástico com bico aplicador; - O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a contar da data da entrega. <u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
8	<p>GIZ DE CERA (CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES) <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u> * CORPO - Matéria-prima: Ceras e pigmentos atóxicos (pigmentação homogênea); - Grosso, com superfície lisa e uniforme. * DIMENSÕES MÍNIMAS - Diâmetro: 10 mm; - Comprimento: 75 mm. * CORES - 12 cores diferentes. - Cores obrigatórias: preto, amarelo, vermelho, marrom, dois tons de azul, dois tons de verde. * EMBALAGEM DO PRODUTO (CAIXA) - Matéria prima: Papel cartão duplex; - Gramatura mínima: 300 g/m² com janela; - Impressão offset 4x0; - Informações na embalagem: * “contém 12 unidades / cores”; * Produto atóxico; * Prazo de validade; * Composição; * Nome do fabricante; * Selo do INMETRO; <u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u> * DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO - A superfície do giz deve ser isenta de defeitos e deformações. - O produto deve possuir acabamento liso e sem arestas com alto poder de cobertura. - O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a contar da data da entrega. <u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares;</p>

	<p>- Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010.</p> <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
9	<p>LÁPIS DE COR SEXTAVADO <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO</p> <p>- Matéria Prima: Madeira reflorestada;</p> <p>* COBERTURA</p> <p>- Tinta atóxica ou revestimento em verniz (atóxico);</p> <p>- Pintura lisa;</p> <p>* DIMENSÕES</p> <p>- Comprimento mínimo: 170 mm;</p> <p>- Diâmetro mínimo: 6 mm;</p> <p>- Diâmetro mínimo da mina / ponta: 2 mm;</p> <p>* BARRA INTERNA</p> <p>- Alto poder de cobertura;</p> <p>- Isenta de Impurezas;</p> <p>- Atóxica;</p> <p>* CORES</p> <p>- 12 Cores diferentes;</p> <p>Obrigatórias: preto, amarelo, vermelho, marrom, dois tons de azul, dois tons de verde.</p> <p>* Embalagem do Produto (caixa)</p> <p>- Matéria prima: Papel cartão duplex;</p> <p>- Gramatura mínima: 250 g/m²;</p> <p>- Impressão offset 4x0;</p> <p>- Janela (corte) para visualização das cores;</p> <p>- Informações na embalagem: Contêm 12 unidades, produto atóxico, prazo de validade, composição, nome do fabricante e selo do INMETRO;</p> <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>- ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível.</p> <p>- ABNT NBR 15795:2010 - Lápis — Requisitos de desempenho, que especifica os requisitos mínimos de desempenho de lápis (grafite e cor) destinados à escrita, desenho e pintura, durante as condições previsíveis de uso.</p> <p>- Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010.</p> <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <p>- A madeira utilizada na produção do lápis de cor deverá ser isenta de nós;</p> <p>- Os lápis de cor deverão ser colados perfeitamente em suas metades e apresentar rigidez na fixação da barra interna;</p> <p>- Todos os lápis deverá trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo;</p>

	<p>- O diâmetro dos Lápis de cor deverá ser compatível com o diâmetro do furo cônico do Apontador, descrito nos Cadernos de Informações Técnicas e Edital.</p>
10	<p>LÁPIS DE COR TRIANGULAR (CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES) <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria-prima: Madeira reflorestada; Corpo triangular. <p>* COBERTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tinta atóxica ou revestimento em verniz (atóxico); - Pintura lisa. <p>* DIMENSÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprimento mínimo: 170 mm; - Diâmetro: acima de 7 mm; - Diâmetro mínimo da mina / ponta: mínimo de 2 mm. <p>* COBERTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lisa e sem arestas; - Alto poder de cobertura; - Isenta de impurezas; - Atóxica. <p>* CORES</p> <ul style="list-style-type: none"> - 12 cores diferentes; <p>Obrigatórias: preto, amarelo, vermelho, marrom, dois tons de azul, dois tons de verde.</p> <p>* EMBALAGEM DO PRODUTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria prima: Papel cartão duplex; - Gramatura mínima: 250 g/m²; - Impressão offset 4x0; - Janela (corte) para visualização das cores; - Informações na embalagem: <p>* "Contém 12 unidades";</p> <p>* "Produto atóxico";</p> <p>* Prazo de validade;</p> <p>* Composição;</p> <p>* Nome do fabricante;</p> <p>* Selo do INMETRO;</p> <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - A madeira utilizada na produção do lápis de cor deverá ser isenta de nós. - Os lápis de cor deverão ser colados perfeitamente em suas metades e apresentar rigidez na fixação da barra interna. - Cada lápis deverá trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - ABNT NBR 15795:2010 - Lápis — Requisitos de desempenho, que especifica os requisitos mínimos de desempenho de lápis (grafite e cor) destinados à escrita, desenho e pintura, durante as condições previsíveis de uso. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010.

	<p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
11	<p>LÁPIS GRAFITE SEXTAVADO <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria prima: madeira reflorestada; - Cobertura: tinta atóxica; - Formato: compatível com o furo cônico do apontador do kit. <p>* DIMENSÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprimento: 170 mm; - Diâmetro: mínimo 6 mm; - Diâmetro do grafite/ ponta: 2 mm. <p>* BARRA INTERNA DO GRAFITE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dureza: 02 HB; - Constituição uniforme; - Isenta de impurezas; - Atóxica. <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - A madeira utilizada na produção do lápis grafite deverá ser isenta de nós; - Os lápis devem ser colados perfeitamente em suas metades e apresentar rigidez na fixação do grafite, de maneira a não permitir seu descolamento; - Cada lápis deve trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo; - Deverá possuir Selo do INMETRO e FSC ou CERFLOR. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - ABNT NBR 15795:2010 - Lápis — Requisitos de desempenho, que especifica os requisitos mínimos de desempenho de lápis (grafite e cor) destinados à escrita, desenho e pintura, durante as condições previsíveis de uso. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
12	<p>MASSA DE MODELAR <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* VOLUME</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caixa com 6 unidades com cores diferentes; - Peso: mínimo, 90 g. <p>* COMPOSIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ceras; - Pigmentos orgânicos; - Carga mineral inerte; - Conservantes. <p>* CARACTERÍSTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação sólida; - Maleável; - Produto atóxico;

	<p>- Tipo fosca. * CORES - Preto, branco, amarelo, vermelho, azul e verde. * EMBALAGEM DO PRODUTO - Papel cartão duplex; - Gramatura mínima: 300 g/m²; - Impressão offset 4x0. - As embalagens deverão conter as seguintes informações: * “Contém 6 unidades”; * “Atóxico”; * Peso líquido; * Prazo de validade; * Composição; * Nome do Fabricante * Selo do INMETRO; - Dentro da embalagem, a massa de modelar deverá estar revestida em plástico transparente, de forma que evite o vazamento do produto. <u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u> * DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO - O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a contar da data da entrega. <u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares. - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
13	<p><u>PASTA COM ELÁSTICO</u> <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u> * MATERIAL - Pasta com elástico; - Material: polipropileno; - Cor: transparente em cores sortidas; - Espessura do plástico: mínimo de 0,80 mm; - Atóxico. * DIMENSÕES - LxAxP: 245 X 335 X 40mm <u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010;</p>

	<p>- Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
14	<p>PINCEL REDONDO Nº 8 <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u> * CARACTERÍSTICAS - Virola de alumínio; - Pelo sintético; - Cabo com comprimento mínimo de 14 cm de madeira reflorestada ou plástico; - Acabamento da pintura do cabo em cor amarela; - Para pintura em aquarela e guache. <u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u> * DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO - A numeração do pincel e a marca do fabricante deverão ser impressas no cabo. - As cerdas deverão ser fixadas firmemente de forma que não se desprendam durante o manuseio. - Fácil limpeza.</p>
15	<p>TESOURA DE PONTA ARREDONDADA <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u> * MATERIA PRIMA - Cabo: 100% polipropileno; - Lâmina de corte: Aço inoxidável. * CARACTERÍSTICAS - Corte limpo e eficiente; - Olhais com formato anatômico. * DIMENSÕES MÍNIMAS - Comprimento: 110 mm; - Espessura mínima de chapa: 1,2 mm. <u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u> * DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO - A tesoura deverá vir afiada de fábrica. - As lâminas deverão ser fixadas por parafuso metálico ou outro sistema de fixação que assegure o perfeito ajuste entre as lâminas. - A marca do fabricante deverá ser gravada no corpo do produto. - Em caso de solicitação da amostra deverá ser apresentado o comprovante da composição do aço inoxidável. <u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
16	<p>TINTA GUACHE ESCOLAR 15 ML <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u> * PESO LÍQUIDO MÍNIMO</p>

	<p>- 15 ML POR UNIDADE. - 6 cores . * CARACTERISTICAS DA TINTA - Atóxica; - Cores: preto, branco, amarelo, vermelho, azul e verde (miscíveis entre si); - Lavável e solúvel em água. * COMPOSIÇÃO - Colorantes; - Água; - Espessantes; - Carga inerte; - Conservantes. * EMBALAGEM DA TINTA - Frasco de plástico transparente; - Tampa plástica de rosca. * EMBALAGEM DA TINTA - Papel cartão duplex; - Gramatura mínima: 300 g/m²; - Impressão offset 4x0; - A embalagem deverá conter as seguintes informações: * “Contém 6 unidades”; * “Produto atóxico”; * Peso líquido; * Prazo de validade; * Composição; * Nome do Fabricante * Selo do INMETRO; <u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u> * DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a contar da data da entrega. <u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
--	---

<u>ENSINO FUNDAMENTAL</u> <u>ANOS INICIAIS</u>	
ITEM	<u>MATERIAL/DESCRIÇÃO</u>
1	<p>APONTADOR COM DEPÓSITO <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u> * COMPOSIÇÃO * MATÉRIA-PRIMA: - Plástico Transparente * DIMENSÕES MÍNIMAS:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Altura: 40 mm; - Comprimento: 22 mm; - Largura: 15 mm. <p>* CARACTERÍSTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Furo cônico (aproximadamente 8 mm). O diâmetro deverá ser compatível com o diâmetro do Lápis Grafite e Lápis de Cor que formam o kit. - Depósito em plástico transparente; - Lâmina de aço inoxidável temperado; - Fixação da lâmina por parafuso metálico; - Compatível com o lápis grafite e o lápis de cor que formam o kit. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível; - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010; <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
2	<p>BORRACHA ESCOLAR</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>*COMPOSIÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sem adição de corantes; - Livre de Ftalatos. <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Espessura: 05 mm; - Comprimento: 30 mm; - Largura: 20 mm. <p>* CARACTERÍSTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Macia; - Flexível; - Capaz de Remover o Grafite sem borrar ou manchar o papel. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível; - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010; <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
3	<p>CADERNO BROCHURÃO (ESCOLAR GRAMPEADO) 80 FOLHAS</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p>

	<p>* DIMENSÕES MÍNIMAS: - 275 mm de altura x 200 mm de largura;</p> <p>* MIOLO: - 80 folhas; - Papel offset branco; - Gramatura mínima: 56g/m²; - Pauta frente e verso da folha; - Mínimo de 31 pautas por página; - Espaço de cabeçalho e rodapé; - Pauta contínua; - Margem: frente e verso da folha; - O caderno deverá possuir dois grampos equidistantes.</p> <p>DAS CONDIÇÕES GERAIS</p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO - A capa e contracapa do caderno de desenho deverão ser plastificadas ou envernizadas em máquina. - O modelo de capa será definido pela Secretaria Municipal de Educação de Glória do Goitá</p> <p>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - Norma NBR 15732:2012- Tecnologia gráfica - que estabelece os requisitos para os caderno de cartografia e de desenho, espiralados ou colados ou grampeados ou argolados, quanto ao formato. Esta norma também aponta as características dos materiais usados no miolo, na capas e contracapas, número de folhas, impressão, acabamento e requisitos de segurança. - Norma NBR 15733:2012- Esta Norma estabelece os requisitos quanto ao formato de cadernos escolares espiralados ou costurados ou colados ou argolados ou grampeados, as características dos materiais usados no miolo, nas capas e nas contracapas, bem como as características do material utilizado nos índices e divisórias, se existirem, número de folhas impressão, acabamento e requisitos de segurança. Observação: A norma descrita acima pode ser atualizada pela instituição responsável. Nesse caso, deverá ser considerada a versão vigente no momento das análises.</p> <p>CERTIFICAÇÃO - FSC ou CERFLOR.</p>
4	<p>CADERNO DE DESENHO ESPIRALADO 96 FOLHAS</p> <p>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS - Altura: 200 mm; - Largura: 275 mm.</p> <p>* MIOLO - Papel offset branco; - 96 folhas isentas de impressão; - Gramatura mínima: 63g/m².</p> <p>* ESPIRAL - Matéria-prima: arame galvanizado; - Espessura mínima: 0,80 mm; - Trava "Coil Locker".</p> <p>* CAPA E CONTRACAPA - Modelo com arte disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Glória do Goitá; - Flexível; - Impressão: 4x0 cores; - Matéria-prima: papel cartão duplex; - Gramatura mínima 230 g/m²; - Na quarta face da capa deverão constar as seguintes informações: - Caderno de desenho 96 folhas; - Formato 200 mm x 275 mm; - NBR 15732:2012; - Nome do fabricante;</p>

	<p>* ACABAMENTO - Plastificação, Verniz de Máquina ou Verniz UV.</p> <p>* CERTIFICAÇÃO - FSC ou CERFLOR.</p> <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO - A capa e contracapa do caderno de desenho deverão ser plastificadas ou envernizadas em máquina. - O acabamento dado nas extremidades das espirais metálicas deverão formar trava (conhecido como sistema “coil lock”) que impossibilitem a formação de pontas agudas. - O modelo de capa será definido pela Secretaria Municipal de Educação de Glória do Goitá</p> <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <p>- Norma NBR 15732:2012- Tecnologia gráfica - que estabelece os requisitos para os caderno de cartografia e de desenho, espiralados ou colados ou grampeados ou argolados, quanto ao formato. Esta norma também aponta as características dos materiais usados no miolo, na capas e contracapas, número de folhas, impressão, acabamento e requisitos de segurança. Observação: A norma descrita acima pode ser atualizada pela instituição responsável. Nesse caso, deverá ser considerada a versão vigente no momento das análises.</p>
5	<p>CALCULADORA DE BOLSO 8 DÍGITOS</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>- Especificações: Possui visor LCD; Calcular: 04 operações básicas, raiz quadrada, porcentagem, entre outros. Possuir memória e desligamento automático; Funcionar a pilha; Acompanhada de Pilha;</p> <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS - 65 x 115 x 17 mm aproximadamente; - Atóxico.</p> <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* GARANTIA - A contratada deverá oferecer garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 12 meses. A data para cálculo da garantia será contada a partir da efetiva entrega ao Contratante.</p>
6	<p>CANETINHA HIDROGRÁFICA (CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES EM CORES DIFERENTES)</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO - Matéria-prima: polímero plástico; - O corpo da canetinha deverá ser em polímero plástico na cor da escrita.</p> <p>* PONTA - Porosa. - Média (aproximadamente 2 mm).</p> <p>* BARRA INTERNA DA CANETINHA - Constituição uniforme; - Boa pigmentação; - Macia; - Alto poder de cobertura; - Atóxica; - Tinta Lavável; - Isenta de Impurezas.</p> <p>* TAMPA INFERIOR - Fixada de forma que não seja facilmente retirada pelo usuário.</p> <p>* CORES - 12 cores diferentes; - Cores obrigatórias: preto, amarelo, vermelho, marrom, dois tons de azul e dois tons de verde</p> <p>* EMBALAGEM (CAIXA)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Matéria prima: Papel cartão duplex; - Gramatura mínima: 250 g/m²; - Impressão offset 4x0; - Janela para visualização das cores; - Informações na embalagem: * “Contém 12 unidades”; * “Produto atóxico”; * Prazo de validade; * Composição; * Nome do Fabricante * Selo do INMETRO; <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cada canetinha deverá trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo. - O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a partir da data da entrega. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Norma - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 Versão corrigida 2:2006 - Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração. - NBR 16108:2012 – Caneta esferográfica, gel e roller – comprimento de escrita– método de ensaio. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
7	<p>COLA BRANCA 90G</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * PESO - 90G * CARACTERÍSTICAS - Líquida; - Plastificante; - Alto poder de colagem; - Atóxico; - Inócuo; - Tampa antivazamento. * COMPOSIÇÃO - Base em acetato de polivinila (PVA) disperso em solução aquosa; - Viscosidade de 4.000 a 6.000 cp (centipoise); - Teor de sólidos a partir de 20%. * EMBALAGEM DO PRODUTO - Formato do frasco e dos rótulos de acordo com os padrões do fabricante; - Todos os frascos de cola fornecidos nos kits de material escolar deverão ser acondicionados individualmente em sacos plásticos transparentes e lacrados, de modo a conter eventual vazamento do produto. - Rótulo em offset sobre adesivo vinílico, com, no mínimo, as seguintes informações: * Peso líquido 90 g;

	<p>* “Produto atóxico”; * Peso líquido; * Prazo de validade; * Composição; * Nome do Fabricante * Selo do INMETRO; <u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u> * DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO - O produto deverá ser plastificante, com alto poder de colagem, isento de cargas minerais e substâncias nocivas à saúde, atóxico e inócuo, que após secagem apresente um filme transparente; - Deverá ser embalado em recipiente plástico com bico aplicador; - O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a partir da data da entrega. <u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
8	<p><u>COLA COLORIDA 6 CORES</u> <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u> * ESPECIFICAÇÕES - Possui bico aplicador; - Material não tóxico; - Cores com brilho intenso; - Pintar sobre todos os tipos de papéis. * EMBALAGEM DO PRODUTO - Caixa com 6 tubos com cores diferentes - Cores obrigatórias: amarelo, azul, vermelho e verde. - Peso mínimo de 23g, cada unidade; - As embalagens deverão conter as seguintes informações: * “Contém 6 unidades”; * “Produto atóxico”; * Peso líquido; * Prazo de validade; * Composição; * Nome do Fabricante * Selo do INMETRO; <u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u> * DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO - O produto deverá ser plastificante, com alto poder de colagem, isento de cargas minerais e substâncias nocivas à saúde, atóxico e inócuo. - O produto deverá ser embalado em recipiente plástico com bico aplicador; - O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a partir da data da entrega. <u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p>

	<p>- ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível.</p> <p>- Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010.</p> <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
9	<p>LÁPIS DE COR <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria Prima: Madeira reflorestada; <p>* COBERTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tinta atóxica ou revestimento em verniz (atóxico); - Pintura lisa; <p>* DIMENSÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprimento mínimo: 170 mm; - Diâmetro mínimo: 6 mm; - Diâmetro mínimo da mina: 2 mm; <p>* BARRA INTERNA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alto poder de cobertura; - Isenta de Impurezas; - Atóxica; <p>* CORES</p> <ul style="list-style-type: none"> - 12 Cores diferentes; <p>Obrigatórias: preto, amarelo, vermelho, marrom, dois tons de azul, dois tons de verde</p> <p>* Embalagem do Produto (caixa)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria prima: Papel cartão duplex; - Gramatura mínima: 250 g/m²; - Impressão offset 4x0; - Janela (corte) para visualização das cores; - Informações na embalagem: Contêm 12 unidades, produto atóxico, prazo de validade, composição, nome do fabricante e selo do INMETRO; <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15795:2010 - Lápis — Requisitos de desempenho, que especifica os requisitos mínimos de desempenho de lápis (grafite e cor) destinados à escrita, desenho e pintura, durante as condições previsíveis de uso; <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - A madeira utilizada na produção do lápis de cor deverá ser isenta de nós; - Os lápis de cor deverão ser colados perfeitamente em suas metades e apresentar rigidez na fixação da barra interna; - Todos os lápis deverá trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo; - O diâmetro dos Lápis de cor deverá ser compatível com o diâmetro do furo cônico do Apontador, descrito nos Cadernos de Informações Técnicas e Edital.
10	<p>LÁPIS GRAFITE <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria prima: madeira reflorestada; - Cobertura: tinta atóxica (quando for o caso); - Formato: compatível com o furo cônico do apontador do kit.

	<p>* DIMENSÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprimento: 170 mm; - Diâmetro: 6,5 mm; - Diâmetro do grafite: 2 mm. <p>* BARRA INTERNA DO GRAFITE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dureza nº 02 HB; - Constituição uniforme; - Isenta de impurezas; - Atóxica. <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - A madeira utilizada na produção do lápis de cor deverá ser isenta de nós; - Os lápis devem ser colados perfeitamente em suas metades e apresentar rigidez na fixação do grafite, de maneira a não permitir seu descolamento; - Cada lápis deve trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo; - Deverá possuir Selo do INMETRO e FSC ou CERFLOR. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - ABNT NBR 15795:2010 - Lápis — Requisitos de desempenho, que especifica os requisitos mínimos de desempenho de lápis (grafite e cor) destinados à escrita, desenho e pintura, durante as condições previsíveis de uso. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
11	<p>TESOURA DE PONTA ARREDONDADA</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* MATERIA PRIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cabo: 100% polipropileno; - Lâmina de corte: Aço inoxidável. <p>* CARACTERÍSTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corte limpo e eficiente; - Olhais com formato anatômico. <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprimento: 110 mm; - Espessura mínima de chapa: 1,2 mm. <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - A tesoura deverá vir afiada de fábrica. - As lâminas deverão ser fixadas por parafuso metálico ou outro sistema de fixação que assegure o perfeito ajuste entre as lâminas. - A marca do fabricante deverá ser gravada no corpo do produto. - O comprovante da composição do aço inoxidável deverá ser apresentado junto com a amostra do produto. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p>

	<p>- ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível.</p> <p>- Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010.</p> <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
--	---

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS	
ITEM	MATERIAL/DESCRIÇÃO
1	<p>APONTADOR COM DEPÓSITO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>* COMPOSIÇÃO</p> <p>* MATÉRIA-PRIMA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plástico Transparente <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Altura: 40 mm; - Comprimento: 22 mm; - Largura: 15 mm. <p>* CARACTERÍSTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Furo cônico (aproximadamente 8 mm). O diâmetro deverá ser compatível com o diâmetro do Lápis Grafite e Lápis de Cor que formam o kit. - Depósito em plástico transparente; - Lâmina de aço inoxidável temperado; - Fixação da lâmina por parafuso metálico; - Compatível com o lápis e o lápis de cor que formam o kit. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <p>- ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010;</p> <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
2	<p>BORRACHA ESCOLAR DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>*COMPOSIÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sem adição de corantes; - Livre de Ftalatos. <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Espessura: 05 mm; - Comprimento: 30 mm; - Largura: 20 mm. * CARACTERÍSTICAS: - Macia; - Flexível; - Capaz de Remover o Grafite sem borrar ou manchar o papel. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível; - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010; <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
3	<p>CADERNO UNIVERSITÁRIO ESPIRALADO</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Largura: 200 mm; - Comprimento: 275 mm. <p>* MIOLO</p> <ul style="list-style-type: none"> - 200 folhas úteis (não contadas as divisórias); - 10 matérias; - Papel offset branco; - Gramatura mínima: 56g/m². <p>* ESPIRAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria prima: arame com revestimento preto; - Espessura mínima: 1,20 mm; - Trava “Coil Locker”. <p>* PAUTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Frente e verso; - Mínimo de 27 pautas por página; - Cabeçalho e rodapé ou pauta contínua. <p>* DIVISÓRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Off-set; - Gramatura mínima de 63 g/m²; <p>- A cada 20 folhas.</p> <p>* CAPA E CONTRACAPA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modelo de arte disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Glória do Goitá; - Dura; - Impressão: 4x0 cores; - Matéria-prima: papelão; - Gramatura mínima 750 g/m²; - Acabamento: Plastificação; - Revestimento da capa e contracapa: <p>* Papel Offset;</p> <ul style="list-style-type: none"> * Gramatura mínima de 115g/m², com guarda em offset com gramatura mínima de 100g/m². - Na contracapa deverão constar as seguintes informações: - Caderno universitário;

	<ul style="list-style-type: none"> - Formato 200 mm x 275 mm; - NBR 15733:2012; - Nome do fabricante; * CERTIFICAÇÃO - FSC ou CERFLOR. <u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u> * DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO - O caderno deverá conter 10 matérias, separadas por divisórias; - As divisórias deverão ser inseridas a cada 20 folhas impressas; - A pauta deverá ser contínua e as linhas coincidentes em ambas as faces. A capa e contracapa do caderno universitário deverão ser revestidas em papel offset de gramatura mínima de 115g/m², com guarda em offset com gramatura mínima de 100 g/m²; - O acabamento dado nas extremidades das espirais metálicas deverá formar travas (conhecido como sistema <i>coil lock</i>) que impossibilitem a formação de pontas agudas; - Modelo de arte disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Glória do Goitá; * GARANTIA <p>A contratada deverá oferecer garantia de, no mínimo, 12 meses a partir da data da entrega do caderno universitário, contra defeitos de fabricação. A data para cálculo da garantia deve ter como base a data da efetiva entrega do caderno ao Contratante.</p> <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Norma NBR 15733:2012- Esta Norma estabelece os requisitos quanto ao formato dos cadernos escolares espiralados ou costurados ou colados ou argolados ou grampeados, as características dos materiais usados no miolo, nas capas e nas contracapas, bem como as características do material utilizado nos índices e divisórias, se existirem, número de folhas impressas, acabamento e requisitos de segurança. <p>Observação: A norma descrita acima pode ser atualizada pela instituição responsável. Nesse caso, deverá ser considerada a versão vigente no momento das análises.</p>
4	<p><u>CALCULADORA DE BOLSO 8 DÍGITOS</u></p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Especificações: Possui visor LCD, calcula raiz quadrada, porcentagem, além das 04 operações básicas; Possui memória e desligamento automático; Funciona a pilha ou bateria, além de energia solar; Acompanhada de Pilha; * DIMENSÕES MÍNIMAS - 61 x 95 x 17 mm; - Não tóxico. <u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u> * GARANTIA - A contratada deverá oferecer garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 12 meses. A data para cálculo da garantia será contada a partir da efetiva entrega ao Contratante.

5	<p>APONTADOR COM DEPÓSITO <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* COMPOSIÇÃO</p> <p>* MATÉRIA-PRIMA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plástico Transparente <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Altura: 40 mm; - Comprimento: 22 mm; - Largura: 15 mm. <p>* CARACTERÍSTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Furo cônico (aproximadamente 8 mm). O diâmetro deverá ser compatível com o diâmetro do Lápis Grafite e Lápis de Cor que formam o kit. - Depósito em plástico transparente; - Lâmina de aço inoxidável temperado; - Fixação da lâmina por parafuso metálico; - Compatível com o lápis e o lápis de cor que formam o kit. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível; - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010; <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
6	<p>COLA BRANCA 90G <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* PESO</p> <ul style="list-style-type: none"> - 90G <p>* CARACTERÍSTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Líquida; - Plastificante; - Alto poder de colagem; - Atóxico; - Inócuo; - Tampa antivazamento. <p>* COMPOSIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Base em acetato de polivinila (PVA) disperso em solução aquosa; - Viscosidade de 4.000 a 6.000 cp (centipoise); - Teor de sólidos a partir de 20%. <p>* EMBALAGEM DO PRODUTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formato do frasco e dos rótulos de acordo com os padrões do fabricante; - Todos os frascos de cola fornecidos nos kits de material escolar deverão ser acondicionados individualmente em sacos plásticos transparentes e lacrados, de modo a conter eventual vazamento do produto. - Rótulo em offset sobre adesivo vinílico, com, no mínimo, as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> * Peso líquido 90 g; * “Produto atóxico”; * Peso líquido;

	<ul style="list-style-type: none"> * Prazo de validade; * Composição; * Nome do Fabricante * Selo do INMETRO; <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - O produto deverá ser plastificante, com alto poder de colagem, isento de cargas minerais e substâncias nocivas à saúde, atóxico e inócuo, que após secagem apresente um filme transparente; - Deverá ser embalado em recipiente plástico com bico aplicador; - O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a partir da data da entrega. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
7	<p>ESQUADRO 45°</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* MATERIA PRIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Poliestireno cristal virgem. <p>* CARACTERÍSTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transparente; - Divisão em milímetros; - Destaques a cada 5 mm; - Marcações numeradas a cada centímetro; - Escala externa chanfrada; - Borda graduada rebaixada, retilínea e livre de rebarbas. <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - 45° x 12 cm - 2mm de espessura <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - As demarcações deverão ser claras e precisas, não podendo apresentar falhas, manchas, ou serem facilmente removidas; - Deverá apresentar a marca do fabricante em uma das faces. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010;

	<p>- Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos do Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010.</p> <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
8	<p>ESQUADRO 60° <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* MATERIA PRIMA</p> <p>- Poliestireno cristal virgem.</p> <p>* CARACTERÍSTICAS</p> <p>- Transparente; - Divisão em milímetros; - Destaques a cada 5 mm; - Marcações numeradas a cada centímetro; - Escala externa chanfrada; - Borda graduada rebaixada, retilínea e livre de rebarbas.</p> <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS</p> <p>- 60° x 26 cm - 2mm de espessura</p> <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <p>- As demarcações deverão ser claras e precisas, não podendo apresentar falhas, manchas, ou serem facilmente removidas; - Deverá apresentar a marca do fabricante em uma das faces.</p> <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <p>- ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos do Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010.</p> <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
9	<p>LÁPIS DE COR <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO</p> <p>- Matéria Prima: Madeira reflorestada;</p> <p>* COBERTURA</p> <p>- Tinta atóxica ou revestimento em verniz (atóxico); - Pintura lisa;</p> <p>* DIMENSÕES</p> <p>- Comprimento mínimo: 170 mm; - Diâmetro mínimo: 6 mm; - Diâmetro mínimo da mina: 2 mm;</p> <p>* BARRA INTERNA</p> <p>- Alto poder de cobertura; - Isenta de Impurezas; - Atóxica;</p> <p>* CORES</p> <p>- 12 Cores diferentes;</p>

	<p>Obrigatórias: preto, amarelo, vermelho, marrom, dois tons de azul, dois tons de verde</p> <p>* Embalagem do Produto (caixa)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria prima: Papel cartão duplex; - Gramatura mínima: 250 g/m²; - Impressão offset 4x0; - Janela (corte) para visualização das cores; - Informações na embalagem: Contêm 12 unidades, produto atóxico, prazo de validade, composição, nome do fabricante e selo do INMETRO; <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15795:2010 - Lápis — Requisitos de desempenho, que especifica os requisitos mínimos de desempenho de lápis (grafite e cor) destinados à escrita, desenho e pintura, durante as condições previsíveis de uso; <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - A madeira utilizada na produção do lápis de cor deverá ser isenta de nós; - Os lápis de cor deverão ser colados perfeitamente em suas metades e apresentar rigidez na fixação da barra interna; - Todos os lápis deverá trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo; - O diâmetro dos Lápis de cor deverá ser compatível com o diâmetro do furo cônico do Apontador, descrito nos Cadernos de Informações Técnicas e Edital.
10	<p>LÁPIS GRAFITE</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria prima: madeira reflorestada; - Cobertura: tinta atóxica (quando for o caso); - Formato: compatível com o furo cônico do apontador do kit. <p>* DIMENSÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprimento: 170 mm; - Diâmetro: 6,5 mm; - Diâmetro do grafite: 2 mm. <p>* BARRA INTERNA DO GRAFITE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dureza nº 02 HB; - Constituição uniforme; - Isenta de impurezas; - Atóxica. <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - A madeira utilizada na produção do lápis de cor deverá ser isenta de nós; - Os lápis devem ser colados perfeitamente em suas metades e apresentar rigidez na fixação do grafite, de maneira a não permitir seu descolamento; - Cada lápis deve trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo; - Deverá possuir Selo do INMETRO e FSC ou CERFLOR. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - ABNT NBR 15795:2010 - Lápis — Requisitos de desempenho, que especifica os requisitos mínimos de desempenho de lápis (grafite e cor) destinados à escrita, desenho e pintura, durante as condições previsíveis de uso. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010;

<p>- Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010.</p> <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
--

EJA	
ITEM	MATERIAL/DESCRIÇÃO
1	<p>CADERNO UNIVERSITÁRIO ESPIRALADO <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Largura: 200 mm; - Comprimento: 275 mm. <p>* MIOLO</p> <ul style="list-style-type: none"> - 200 folhas úteis (não contadas as divisórias); - 10 matérias; <ul style="list-style-type: none"> - Papel offset branco; - Gramatura mínima: 56g/m². <p>* ESPIRAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria prima: arame com revestimento preto; - Espessura mínima: 1,20 mm; - Trava “Coil Locker”. <p>* PAUTA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Frente e verso; - Mínimo de 27 pautas por página; - Cabeçalho e rodapé ou pauta contínua. <p>* DIVISÓRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Off-set; - Gramatura mínima de 63 g/m²; - A cada 20 folhas. <p>* CAPA E CONTRACAPA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modelo de arte disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Glória do Goitá; - Dura; - Impressão: 4x0 cores; - Matéria-prima: papelão; - Gramatura mínima 750 g/m²; - Acabamento: Plastificação; - Revestimento da capa e contracapa: <p>* Papel Offset;</p> <ul style="list-style-type: none"> * Gramatura mínima de 115g/m², com guarda em offset com gramatura mínima de 100g/m². - Na contracapa deverão constar as seguintes informações: - Caderno universitário; - Formato 200 mm x 275 mm; - NBR 15733:2012; - Nome do fabricante; <p>* CERTIFICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - FSC ou CERFLOR. <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - O caderno deverá conter 10 matérias, separadas por divisórias; - As divisórias deverão ser inseridas a cada 20 folhas impressas;

	<p>- A pauta deverá ser contínua e as linhas coincidentes em ambas as faces. A capa e contracapa do caderno universitário deverão ser revestidas em papel offset de gramatura mínima de 115g/m², com guarda em offset com gramatura mínima de 100 g/m²;</p> <p>- O acabamento dado nas extremidades das espirais metálicas deverá formar travas (conhecido como sistema <i>coil lock</i>) que impossibilitem a formação de pontas agudas;</p> <p>- Modelo de arte disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Glória do Goitá.</p> <p>* GARANTIA A contratada deverá oferecer garantia de, no mínimo, 12 meses a partir da data da entrega do caderno universitário, contra defeitos de fabricação. A data para cálculo da garantia deve ter como base a data da efetiva entrega do caderno ao Contratante.</p> <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <p>- Norma NBR 15733:2012- Esta Norma estabelece os requisitos quanto ao formato dos cadernos escolares espiralados ou costurados ou colados ou argolados ou grampeados, as características dos materiais usados no miolo, nas capas e nas contracapas, bem como as características do material utilizado nos índices e divisórias, se existirem, número de folhas impressão, acabamento e requisitos de segurança.</p> <p>Observação: A norma descrita acima pode ser atualizada pela instituição responsável. Nesse caso, deverá ser considerada a versão vigente no momento das análises.</p>
2	<p>CALCULADORA DE BOLSO 8 DÍGITOS <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>- Especificações: Possui visor LCD, calcula raiz quadrada, porcentagem, além das 04 operações básicas; Possui memória e desligamento automático;</p> <p>Funciona a pilha ou bateria, além de energia solar; Acompanhada de Pilha;</p> <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS</p> <p>- 61 x 95 x 17 mm; - Não tóxico.</p> <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* GARANTIA - A contratada deverá oferecer garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 12 meses. A data para cálculo da garantia será contada a partir da efetiva entrega ao Contratante.</p>
3	<p>CANETAS ESFEROGRÁFICAS (AZUL, PRETA E VERMELHA) <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO</p> <p>- Matéria-prima: poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido; - Dimensões: Diâmetro mínimo do corpo: 7 mm; Comprimento mínimo sem tampa: 140 mm.</p> <p>* TAMPA</p> <p>- Matéria-prima: Polipropileno; - Removível com haste para fixação em bolso; - Da mesma cor da tinta; - Furação anti-asfíxiante.</p> <p>* ESFERA</p> <p>- Tungstênio com diâmetro de 1.0 mm</p> <p>* CARGA</p> <p>- Tubo em polipropileno transparente com, aproximadamente, 130 mm de comprimento; - Preenchimento de tinta: mínimo de 110 mm, medido da ponta.</p> <p>* TINTA</p> <p>- Atóxica; - Pastas esferográficas permanentes nas cores azul, vermelha e preta.</p> <p>* DESEMPENHO DA ESCRITA</p> <p>- As canetas deverão apresentar escrita uniforme e macia, sem falhas, sem borras, sem excesso de tinta durante o traçado e sem folgas que permita a retração da ponta durante a escrita.</p>

	<p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cada caneta deverá trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo. - O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a partir da data da entrega. <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15236:2020- Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível; - ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 Versão corrigida 2:2006 - Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração; - NBR 16108:2012 – Caneta esferográfica, gel e roller – comprimento de escrita – método de ensaio; - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010. <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
4	<p>RÉGUA 30 CM</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* MATERIA PRIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Poliestireno cristal virgem. <p>* CARACTERISTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transparente; - Divisão em milímetros; - Destaques a cada 5 mm; - Marcações numeradas a cada centímetro; - Borda graduada rebaixada, retilínea e livre de rebarbas. <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - 35mm de largura - 4mm de espessura <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - As demarcações deverão ser claras e precisas, não podendo apresentar falhas, manchas, ou serem facilmente removidas; - Deverá apresentar a marca do fabricante em uma das faces.
5	<p>CANETAS ESFEROGRÁFICAS (AZUL, PRETA E VERMELHA)</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria-prima: poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido; - Dimensões: Diâmetro mínimo do corpo: 7 mm; Comprimento mínimo sem tampa: 140 mm. <p>* TAMPA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria-prima: Polipropileno; - Removível com haste para fixação em bolso; - Da mesma cor da tinta; - Furação anti-asfíxiante. <p>* ESFERA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tungstênio com diâmetro de 1.0 mm <p>* CARGA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tubo em polipropileno transparente com, aproximadamente, 130 mm de comprimento;

	<p>- Preenchimento de tinta: mínimo de 110 mm, medido da ponta.</p> <p>* TINTA</p> <p>- Atóxica;</p> <p>- Pastas esferográficas permanentes nas cores azul, vermelha e preta.</p> <p>* DESEMPENHO DA ESCRITA</p> <p>- As canetas deverão apresentar escrita uniforme e macia, sem falhas, sem borras, sem excesso de tinta durante o traçado e sem folgas que permita a retração da ponta durante a escrita.</p> <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <p>- Cada caneta deverá trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo.</p> <p>- O produto deverá ter no mínimo 12 meses de validade a partir da data da entrega.</p> <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <p>- ABNT NBR 15236:2020- Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível;</p> <p>- ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 Versão corrigida 2:2006 - Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração;</p> <p>- NBR 16108:2012 - Caneta esferográfica, gel e roller - comprimento de escrita - método de ensaio;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 - Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 - Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 - Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010.</p> <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
6	<p>BORRACHA ESCOLAR</p> <p><u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>*COMPOSIÇÃO:</p> <p>- Sem adição de corantes;</p> <p>- Livre de Ftalatos.</p> <p>* DIMENSÕES MÍNIMAS:</p> <p>- Espessura: 05 mm;</p> <p>- Comprimento: 30 mm;</p> <p>- Largura: 20 mm.</p> <p>* CARACTERÍSTICAS:</p> <p>- Macia;</p> <p>- Flexível;</p> <p>- Capaz de Remover o Grafite sem borrar ou manchar o papel.</p> <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <p>- ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica os requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 - Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 - Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010;</p> <p>- Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 - Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010;</p>

	<p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
7	<p>LÁPIS DE COR <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria Prima: Madeira reflorestada; <p>* COBERTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tinta atóxica ou revestimento em verniz (atóxico); - Pintura lisa; <p>* DIMENSÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprimento mínimo: 170 mm; - Diâmetro mínimo: 6 mm; - Diâmetro mínimo da mina: 2 mm; <p>* BARRA INTERNA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alto poder de cobertura; - Isenta de Impurezas; - Atóxica; <p>* CORES</p> <ul style="list-style-type: none"> - 12 Cores diferentes; <p>Obrigatórias: preto, amarelo, vermelho, marrom, dois tons de azul, dois tons de verde</p> <p>* Embalagem do Produto (caixa)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria prima: Papel cartão duplex; - Gramatura mínima: 250 g/m²; - Impressão offset 4x0; - Janela (corte) para visualização das cores; - Informações na embalagem: Contêm 12 unidades, produto atóxico, prazo de validade, composição, nome do fabricante e selo do INMETRO; <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ABNT NBR 15795:2010 - Lápis — Requisitos de desempenho, que especifica os requisitos mínimos de desempenho de lápis (grafite e cor) destinados à escrita, desenho e pintura, durante as condições previsíveis de uso; <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - A madeira utilizada na produção do lápis de cor deverá ser isenta de nós; - Os lápis de cor deverão ser colados perfeitamente em suas metades e apresentar rigidez na fixação da barra interna; - Todos os lápis deverá trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo; - O diâmetro dos Lápis de cor deverá ser compatível com o diâmetro do furo cônico do Apontador, descrito nos Cadernos de Informações Técnicas e Edital.
8	<p>LÁPIS GRAFITE <u>DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <p>* CORPO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matéria prima: madeira reflorestada; - Cobertura: tinta atóxica (quando for o caso); - Formato: compatível com o furo cônico do apontador do kit. <p>* DIMENSÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprimento: 170 mm; - Diâmetro: 6,5 mm; - Diâmetro do grafite: 2 mm. <p>* BARRA INTERNA DO GRAFITE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dureza nº 02 HB; - Constituição uniforme; - Isenta de impurezas; - Atóxica. <p><u>DAS CONDIÇÕES GERAIS</u></p> <p>* DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO</p>

<p>- A madeira utilizada na produção do lápis de cor deverá ser isenta de nós; - Os lápis devem ser colados perfeitamente em suas metades e apresentar rigidez na fixação do grafite, de maneira a não permitir seu descolamento; - Cada lápis deve trazer a marca do fabricante gravada em seu corpo; - Deverá possuir Selo do INMETRO e FSC ou CERFLOR.</p> <p><u>DAS NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</u></p> <p>- ABNT NBR 15236:2020 - Esta Norma especifica requisitos de segurança dos artigos escolares destinados a crianças menores de 14 anos e refere-se a possíveis riscos que não podem ser identificados prontamente pelos usuários, mas que podem advir de seu uso normal ou em consequência de abuso razoavelmente previsível. - ABNT NBR 15795:2010 - Lápis — Requisitos de desempenho, que especifica os requisitos mínimos de desempenho de lápis (grafite e cor) destinados à escrita, desenho e pintura, durante as condições previsíveis de uso. - Portaria INMETRO nº 481, de 7 de dezembro de 2010 – Aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares; - Portaria INMETRO nº 262, de 18 de maio de 2012 – Complementa a Portaria INMETRO nº 481 de 7 de dezembro de 2010; - Portaria INMETRO nº 69, de 28 de março de 2017 – Aprova os ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Artigos Escolares, aprovados pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010.</p> <p>Observação: As normas descritas acima podem ser atualizadas pelas instituições responsáveis. Nesse caso, deverão ser consideradas as versões vigentes no momento das análises.</p>
--

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 6.1. A empresa vencedora dos lotes terá como prazo de entrega 10 (dez) dias úteis contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.
- 6.2. As entregas do objeto desta licitação deverão ser realizadas de acordo com o pedido de cada secretaria que informada o local na ordem de fornecimento, no horário das 08hs às 12hs e das 14hs às 16hs, de segunda a sexta, exceto em feriados municipais, estaduais, nacionais e pontos facultativos, atendendo as especificações descritas na ordem de fornecimento.
- 6.3. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.
- 6.4. A Secretaria contratante formalizará a solicitação do fornecimento do objeto à Contratada por e-mail oficial informado no ato da assinatura do contrato, fazendo constar na solicitação: o quantitativo e o respectivo local de entrega.
- 6.5. Todas as entregas dos produtos e os seus descarregamentos do objeto serão de responsabilidade exclusiva do licitante vencedor, sem qualquer custo adicional posterior.
- 6.6. Nos casos em que o fornecedor entregar os produtos em desacordo com os requisitos estabelecidos pelas Secretarias ou em quantidade inferior ao estabelecido à empresa deverá substituí-lo ou complementá-lo em no máximo 24 (vinte e quatro) horas.
- 6.7. As entregas poderão eventualmente ser suspensas ou alteradas, a critério da secretaria de educação, se algum produto apresentar irregularidade.
- 6.8. A Secretaria contratante formalizará a solicitação do fornecimento do objeto à Contratada por e-mail oficial informado no ato da assinatura do contrato, fazendo constar na solicitação: o quantitativo e os respectivos locais de entrega.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.16. O gestor do contrato que acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12. o prazo de validade;

8.13. a data da emissão;

8.14. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.15. o período respectivo de execução do contrato;

8.16. o valor a pagar; e

8.17. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.18. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.19. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.25. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), pro rata, de correção monetária.

Forma de pagamento

8.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.30. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.32. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.33. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. DAS AMOSTRAS

9.1. Para as empresas que cotarem os **lotes 1 (Item 3), 2 (Item 4), 3 (Item 3) e 4 (Item 1)** deverão ser observados que são **itens personalizados**.

9.2. Encerrada a fase de lances, ao licitante classificado em 1º Lugar, **DEVERÁ** apresentar amostra dos produtos, no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data da solicitação, devendo ser encaminhadas a Departamento de Licitações e Contratos com sede à Praça Cristo Redentor, 08 – Centro – Glória do Goitá/PE, no horário das 08:00 as 13:00 horas, onde serão remetidas à Secretaria de Educação, a fim de verificar a compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações do instrumento convocatório.

9.3. As amostras deverão ser acompanhadas dos Laudos Técnicos de acordo com as características mínimas constantes solicitadas neste Termo de Referência.

9.4. A data e local onde ocorrerá a análise das amostras será previamente divulgada, não sendo inferior 24 (vinte e quatro) horas, a partir da sua divulgação e poderá ser acompanhada por qualquer participante do processo licitatório.

9.5. As amostras apresentadas deverão guardar total compatibilidade com as especificações discriminadas na proposta ofertada pelo licitante no certame.

9.6. Para todos os demais itens, caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto aos padrões de qualidade, não possa ser aferida apenas pela análise das marcas na proposta de preços, bem como dos catálogos e laudos técnicos apresentados, a Pregoeira provocada pela Secretaria demandante, PODERÁ exigir a apresentação de amostra dos produtos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação, devendo ser encaminhadas Departamento de Licitações e Contratos com sede à Praça Cristo Redentor, 08 – Centro – Glória do Goitá/PE, no horário das 08:00 as 13:00 horas, onde serão remetidas à Secretaria de Educação, a fim de verificar a compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações do instrumento convocatório.

9.7. Caso o licitante não apresente as amostras no prazo estabelecido, a administração poderá convocar, para substituir a empresa inicialmente classificada em 1º lugar, os licitantes remanescentes, respeitando a ordem de classificação.

9.8. A licitante detentora da melhor proposta deverá apresentar amostras dos produtos ofertados no prazo acima estabelecido, a contar da efetiva solicitação por parte da Pregoeira.

9.9. A data e local da realização dos procedimentos de avaliação das amostras será divulgada a todos os licitantes na sessão do processo ou, assim não ocorrendo, por meio de veiculação no Diário Oficial deste município.

9.10. Será desclassificada a proposta da licitante que tiver sua amostra rejeitada ou não a apresentar no prazo estabelecido.

9.11. A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste termo de referência.

9.12. A apresentação de amostra poderá ser dispensada quando se tratar de produto oriundo de linha industrial de produção cujo exemplar já tenha sido aprovado análise anterior realizada por esta Administração.

9.13. As amostras serão analisadas por técnicos da Secretaria demandante, restando facultada a participação dos licitantes interessados no acompanhamento do procedimento de avaliação das amostras.

9.14. As amostras devem ser encaminhadas através de documento redigido em papel timbrado e com carimbo da empresa licitante (Razão Social, CNPJ, Endereço) e deverão ser apresentadas em suas embalagens originais de fabricação, conforme o caso.

9.15. As amostras apresentadas deverão guardar total compatibilidade com as especificações discriminadas na proposta ofertada pelo licitante no certame.

9.16. As empresas que fornecerem os itens objeto do Termo de Referência, para amostra, os mesmos ficarão em poder da Comissão, comprovando a autenticidade do solicitado, para serem analisadas pela Comissão que avaliará a quantidade e o atendimento às especificações requeridas no Edital, emitindo parecer aprovando ou contraindicando os itens apresentados.

9.17. Ao fim das avaliações, a comissão técnica da Secretaria de demandante, emitirá parecer circunstanciado, com vistas a confirmar a compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações do instrumento convocatório, podendo, caso entenda necessário, submeter às amostras à análise de Órgão oficiais (ex.:IPEM, IMMETRO), às expensas do respectivo licitante, com o fito de melhor consubstanciar seu parecer a ser emitido pela área técnica.

9.18. Se não for aceita a amostra do primeiro colocado, deve ser exigido do segundo e assim sucessivamente até ser classificada uma empresa que atenda plenamente as exigências do ato convocatório.

- 9.19. Aprovadas as amostras, a proposta da empresa estará classificada.
- 9.20. No caso de empresas que tenham sede fora do Estado de Pernambuco, será considerado para atendimento aos prazos descritos nos subitens 6.2 e 6.6, o dia da entrega das amostras no transportador, o qual, deverá ser comprovado por documento de despacho (romaneio de carga ou conhecimento de embarque) e respectiva nota fiscal dos produtos, desde que o prazo final de chegada até o endereço informado constante neste TR não exceda 05(cinco) dias úteis.
- 9.21. **Os exemplares colocados à disposição da administração, serão tratados como protótipos podendo ser manuseados pela equipe responsável para análise, não gerando direito a ressarcimento.**

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

10.3. Exigências de habilitação

10.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.3.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.3.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.3.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.1.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.3.1.10 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.3.1.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.3.1.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.3.1.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União

(DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 10.3.1.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 10.3.1.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.3.1.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.3.1.17 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.3.1.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.3.1.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 10.3.1.20 Qualificação Econômico-Financeira
- 10.3.1.21 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 10.3.1.22 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).
- 10.3.1.23 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 10.3.1.24 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 10.3.1.25 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 10.3.1.26 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 10.3.1.27 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.3.1.28 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou do somatório dos quais o licitante for declarado classificado.
- 10.3.1.29 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

- 10.3.1.30 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que apresente no mínimo 10% (dez por cento) das quantidades estimadas.
- 10.3.1.31 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados do objeto licitado.
- 10.3.1.32 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 10.3.1.33 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 10.3.1.34 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos (compatíveis com o objeto a ser contratado). Deste modo, é possível que essa comprovação se dê pela somatória de atestados de contratos executados realizados concomitantemente, pois da mesma forma revelam a capacidade operacional da empresa. De qualquer forma, é absolutamente fundamental que a exigência seja totalmente objetiva, indicando quantitativos precisos, para evitar dúvidas na hora da habilitação, que podem vir a comprometer o objetivo do processo, de formalizar a contratação.

Conforme §2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, “será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados”. Além disso, registre-se que só é possível a exigência de atestado quanto às parcelas de maior relevância, entendidas essas como as que possuem valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, §1º)

No caso da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 10.4 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42. §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 10.5 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 10.6 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 10.7 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 10.8 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 10.9 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 10.10 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **582.632,57 (Quinhentos e oitenta e dois mil seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos neste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Glória do Goitá.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02 PODER EXECUTIVO

02 18 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.1201.2815.0000 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ALUNOS E PROFESSORE

DESPESA 458

3.3.90.39.000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 13.1. São obrigações do Contratante:
 - 13.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 13.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 13.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 13.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 13.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.
 - 13.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 13.1.7 Cientificar o setor competente, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 13.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 13.1.9 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 13.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
 - 13.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 14.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 14.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 14.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 14.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 14.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 14.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 14.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 14.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 14.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 14.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 14.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 14.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 14.17. O transporte dos produtos deverão obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos;
- 14.18. Todos os produtos, deverão ter nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor
- 14.19. Respeitar e cumprir com os prazos de entrega dos itens comprados, observando os períodos de parcelamento e quantidades;
- 14.20. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o município;
- 14.21. Fornecer os documentos solicitados pelo Gestor do contrato.
- 14.22. Manter durante a vigência contratual toda regularidade apresentada no Processo licitatório;
- 14.23. Obrigando-se ainda:
- 14.24. Efetuará entrega dos materiais no local determinado pela Secretaria de Educação, por meio de veículo adequado sendo vedado à utilização de meios alternativos de transporte;
- 14.25. Efetuar a entrega dos materiais nos horários determinados pela Secretaria demandante;
- 14.26. Fornecer os produtos com qualidade e em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, cumprindo, rigorosamente, todas as Normas que regulamentam este tipo de serviço;
- 14.27. A entrega deverá ser efetuada por funcionários devidamente fardados e com crachá de identificação para que possam ter acesso aos locais de destino.
- 14.28. Realizar, sempre que necessário entrega aos sábados, respeitando os horários determinados pela Secretaria de Educação, uma vez que podem acontecer situações emergenciais necessitando deste serviço;
- 14.29. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação em compatibilidade com as obrigações assumidas no Termo de Referência e Edital.

15.DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
 - 15.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 15.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 15.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
 - 15.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 15.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 15.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 15.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 - 15.1.9 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - 15.1.10 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

- 15.1.11 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “15.1.2”, “15.1.3” e “15.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 15.1.12 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “15.1.5”, “15.1.6”, “15.1.7” e “15.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas 15.1.2”, “15.1.3” e “15.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.1.13 Multa:
- 15.1.14 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 15.1.15 O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 15.1.16 Compensatória, para as infrações descritos nos subitens “15.1.5” a “15.1.8” do item 15.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
- 15.1.17 Compensatória, para a inexecução total do contrato previsto no subitem “15.1.3” do item 15.1, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- 15.1.18 Para infração descrita no subitem “15.1.2” do item 15.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- 15.1.19 Para infrações descritas no subitem “15.1.4” do item 15.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor do Contrato.
- 15.1.20 Para a infração descrita no subitem “15.1.1” do item 15.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- 15.1.21 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.1.22 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.1.23 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.1.24 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.1.25 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.1.26 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 15.1.27 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 15.1.28 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 15.1.29 as peculiaridades do caso concreto;
- 15.1.30 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 15.1.31 os danos que dela provierem para o Contratante;
- 15.1.32 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.1.33 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 15.1.34 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com

o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 15.1.35 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.1.36 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 15.1.37 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Severino Martins
Secretário Adjunto de Educação

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº. 000/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000/2025
CONTRATO Nº /2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A _____, POR INTERMÉDIO DO (A)
.....
..... E

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com sede Av. Djalma Dutra, 333 – Centro – Glória do Goitá/PE - CEP 55.620-000, inscrito no CNPJ sob o nº 36.375.808/0001-00, neste ato representado pelo Sr. Alexandre de Arruda Ricardo – Secretário de Educação, portador da Matrícula Funcional nº 73894, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para fornecimento de Kit Escolar para serem entregues aos estudantes da rede municipal de ensino com vistas para o ano letivo de 2025, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2 *O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.3 *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.4 *O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

- 8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7 Cientificar o setor competente, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

- 9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.17 O transporte dos produtos deverão obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos;
- 9.18 Todos os produtos, deverão ter nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor
- 9.19 Respeitar e cumprir com os prazos de entrega dos itens comprados, observando os períodos de parcelamento e quantidades;
- 9.20 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o município;
- 9.21 Fornecer os documentos solicitados pelo Gestor do contrato.
- 9.22 Manter durante a vigência contratual toda regularidade apresentada no Processo licitatório;
- 9.23 Obrigando-se ainda:
- 9.24 Efetuará entrega dos materiais no local determinado pela Secretaria de Educação, por meio de veículo adequado sendo vedado à utilização de meios alternativos de transporte;
- 9.25 Efetuar a entrega dos materiais nos horários determinados pela Secretaria demandante;
- 9.26 Fornecer os produtos com qualidade e em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, cumprindo, rigorosamente, todas as Normas que regulamentam este tipo de serviço;
- 9.27 A entrega deverá ser efetuada por funcionários devidamente fardados e com crachá de identificação para que possam ter acesso aos locais de destino.
- 9.28 Realizar, sempre que necessário entrega aos sábados, respeitando os horários determinados pela Secretaria de Educação, uma vez que podem acontecer situações emergenciais necessitando deste serviço;
- 9.29 Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação em compatibilidade com as obrigações assumidas no Termo de Referência e Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - 11.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 11.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 11.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
 - 11.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 11.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 11.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 11.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens “11.1.5”, “11.1.6”, “11.1.7” e “11.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.4 **Multa:**
- 11.2.4.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.2.4.1.1 O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 11.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritos nos subitens “11.1.5” a “11.1.8” do item 11.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
- 11.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato previsto no subitem “11.1.3” do item 11.1, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- 11.2.4.4 Para infração descrita no subitem “11.1.2” do item 11.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- 11.2.4.5 Para infrações descritas no subitem “11.1.4” do item 11.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor do Contrato.
- 11.2.4.6 Para a infração descrita no subitem “11.1.1” do item 11.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- 11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 11.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

- 11.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.5.4 os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3 *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 Indenizações e multas.

12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município de Glória do Goitá deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02 PODER EXECUTIVO

02 18 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.1201.2815.0000 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ALUNOS E PROFESSORES
DESPESA 458

3.3.90.39.0 TROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da comarca de Glória do Goitá/PE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

....., de..... de 20.....

MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ/PE
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
P/ CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF Nº

2. _____
CPF Nº

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº. 000/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º/2025.

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com sede Av. Djalma Dutra, 333 – Centro – Glória do Goitá/PE - CEP 55.620-000, inscrito no CNPJ sob o nº 36.375.808/0001-00, neste ato representado pelo Sr. Alexandre de Arruda Ricardo – Secretário de Educação, portador da Matrícula Funcional nº 73894, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação nº** , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Kit Escolar para serem entregues aos estudantes da rede municipal de ensino com vistas para o ano letivo de 2025, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo **do edital de Licitação nº/20...**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Fundo Municipal de Educação.
3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da **alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;**

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025.

PROCESSO Nº ____/2025.

OBJETO: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Kit Escolar para serem entregues aos estudantes da rede municipal de ensino com vistas para o ano letivo de 2025 do Município de Glória do Goitá/PE.

1.0 DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital. O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo. O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão. O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Glória do Goitá/PE, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado. O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade. O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende as regras de acessibilidade previstas.

6.0 DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública. O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente